

*Supremo Tribunal Federal*  
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA  
D.J. 16.06.89  
EMENTÁRIO Nº 1546 - 1

6

24.5.89

TRIBUNAL PLENO

ACÇÃO PENAL Nº 300 - 6

(QUESTÃO DE ORDEM)

DISTRITO FEDERAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
RÉU : IRAJÁ PIMENTEL

EMENTA: - Ação Penal. Competência do Superior Tribunal de Justiça para, originariamente, processar e julgar Desembargador de Tribunal de Justiça estadual nos crimes comuns e de responsabilidade (art. 105, I, a, CF/1988). Regra de aplicação imediata, cessada a prorrogação de competência atribuída ao STF pelo texto constitucional transitório. Remessa dos autos ao STJ.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, em conhecer a questão de ordem e em reconhecer a incompetência do Supremo Tribunal Federal para o prosseguimento da ação penal, determinando, em consequência, a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça que, em face da nova Constituição, é o competente para o processo e o julgamento de ação penal contra Desembargador.

Brasília, 24 de maio de 1989.



NÉRI DA SILVEIRA

PRESIDENTE

CÉLIO BORJA

RELATOR

01546010  
00300000  
03001000  
00000120

AÇÃO PENAL Nº 300 - 6 - DISTRITO FEDERAL  
(QUESTÃO DE ORDEM)

RELATOR : O SR. MINISTRO CÉLIO BORJA  
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
RÉU : IRAJÁ PIMENTEL

R E L A T Ó R I O

01546010  
00300000  
03002000  
00000260

O SR. MINISTRO CÉLIO BORJA: - Leio às fls. 373, a cota lançada pelo eminente Vice-Procurador-Geral da República:

"1 - Esta ação penal tem como réu um de sembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, haven do sido recebida a denúncia em 21 de setembro de 1988( fls . 203/250).

2- Todavia, com o advento da nova Consti tuição Federal, em 5 de outubro de 1988, a competência para processar e julgar, originariamente, "os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal", nos crimes comuns, passou a ser do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I).

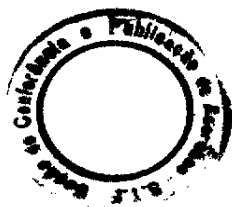
3- Tratando-se de norma sobre competên cia, sua incidência é imediata, pelo que opina o Ministério



*Público Federal no sentido de que se reconheça a incompetên-  
cia superveniente dessa Excelsa Corte, com a conseqüente re-  
messa dos autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça."*

Submeto ao egrégio Plenário questão de or-  
dem relativa à competência para o julgamento da ação.

É o relatório.



/wal.

9

V O T O ( QUESTÃO DE ORDEM )

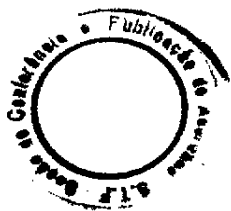
O SR. MINISTRO CÉLIO BORJA (RELATOR): -  
Assiste razão ao douto pronunciamento que venho de ler. Com efeito, a Constituição de 1988 atribuiu competência ao Superior Tribunal de Justiça para, originariamente, processar e julgar os Desembargadores dos Tribunais estaduais nos crimes comuns e de responsabilidade (art. 105, I, a).

No caso, o réu, Desembargador, responde pelos delitos dos artigos 138 e 140 do Código Penal.

Cessada, portanto, a prorrogação delegada ao Supremo Tribunal Federal pelo texto constitucional transitório (cf. § 1º, art. 27), compete ao egrégio Superior Tribunal de Justiça julgar o feito.

Por essa razão, acolho o parecer do Ministério Público Federal e, considerando que norma de competência tem aplicação imediata, determino a remessa dos autos ao egrégio Superior Tribunal de Justiça.

É o meu voto.



/wal.

# Supremo Tribunal Federal

SECRETARIA DO PLENÁRIO

10

## EXTRATO DA ATA

APn 300-6 - DF (Questão de Ordem)

Rel. Min. Célso Borja. Autor: Ministério Público Federal.  
Rêu: Irajã Pimentel (Adv.: Romeu Pires de Campos Barros).

Decisão: Por unanimidade o Tribunal conheceu da questão de ordem que lhe foi submetida pelo Sr. Ministro-Relator e a decidiu no sentido de reconhecer a incompetência do Supremo Tribunal Federal para o prosseguimento da ação penal, determinando, em consequência, a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça que, em face da nova Constituição, é o competente para o processo e o julgamento de ação penal contra Desembargador. Votou o Presidente. Plenário, 24.5.89.

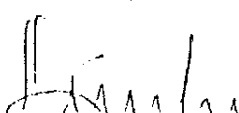
01546010  
00300000  
03004000  
00000430



Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Presentes à sessão os Senhores Ministros Aldir Passarinho, Francisco Rezek, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Carlos Madeira, Célso Borja, Paulo Brossard e Sepúlveda Pertencé.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Moreira Alves.

Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, substituto.

  
HÉRCELUS BONIFÁCIO FERREIRA  
Secretário